

Participação Popular das **Mulheres** na Política Ambiental



Formação Continuada de Gestores Ambientais
no contexto do
LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL



Ficha Catalográfica

P273 Participação popular das mulheres na política ambiental [Recurso Eletrônico] / Elaboração Fabiane Fagundes da Fonseca... [et al.] ; Projeto gráfico Leon Barreto Gonçalves Rosa, Cristiane Simões Netto Costa. – [Rio Grande, RS] : [FURG], 2020.
60 p. : il. Color

Realização: Formação Continuada de Gestores Ambientais no Contexto do Licenciamento Ambiental Municipal (LAM), Laboratório Interdisciplinar MARÉS, FAURG, FURG, Prefeitura Municipal do Rio Grande, Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Disponível em: <https://projetolicenciamentoambiental.furg.br/>

1. Meio Ambiente 2. Gestão Ambiental 3. Mulheres 4. Identidade de Gênero 5. Direitos das Mulheres I. Fonseca, Fabiane Fagundes da II. Rosa, Leon Barreto Gonçalves III. Costa, Cristiane Simões Netto IV. Título.

CDU 504-055.2

“A participação das mulheres em condições de igualdade na tomada de decisões constitui não só uma exigência básica de justiça ou democracia, mas pode ser também considerada uma condição necessária para que os interesses das mulheres sejam levados em conta.”

Pequim, 1995

EXPEDIENTE

Elaboração

Fabiane Fagundes da Fonseca
Bianca Caetano
Thaís Veçozzi
Tatiana Walter

Projeto Gráfico

Leon Barreto Gonçalves Rosa
Cristiane Simões Netto Costa

Introdução

Esta cartilha tem o propósito de discutir a importância da diversidade em processos decisórios, principalmente aqueles que ocorrem coletivamente, envolvendo a participação popular e representativa, na garantia de direitos. Entretanto, considerando a profundidade desse assunto, trataremos especificamente da questão de gênero, com enfoque nas mulheres.

De acordo com o IBGE(2016), a maior parte da população brasileira é composta por mulheres (51,7%), assim como é composta por pessoas (homens e mulheres) pretas ou pardas (54%). Desse modo, para que se promova um processo de deselitização e democratização das decisões é necessário que esses grupos estejam efetivamente representados em processos de tomada de decisão.

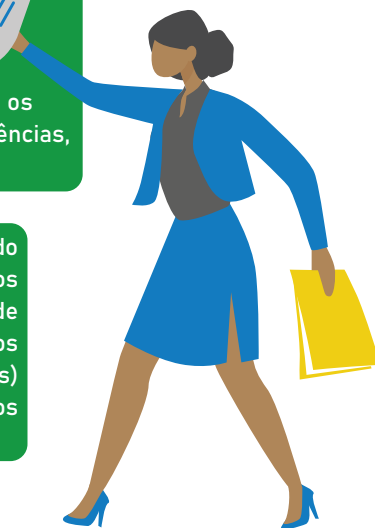


A partir desses dados, vamos pensar **qual a importância das mulheres participarem em espaços destinados ao exercício da democracia participativa e representativa?**

Democracia é o sistema político-institucional que é vigente no Brasil até o momento. Diferente de um regime autoritário, na democracia todos (as) têm direito a expressar seus pontos de vista, desde que não ofendam ou agridam outros indivíduos. Existem vários modelos de democracia¹, aqui citamos dois:

Democracia Participativa significa que os cidadãos e as cidadãs podem participar dos processos de tomadas de decisão sobre os rumos do local em que vivem. No Brasil, os espaços mais comuns em que fazemos isso são os conselhos gestores, fóruns, conferências, audiências públicas, entre outros.

Democracia Representativa trata-se do modelo democrático em que elegemos representantes para ocupar esferas de governo e de decisão ao invés de nós mesmos ocuparmos estes locais. É o caso dos (as) vereadores (as), prefeitos (as), deputados (as) etc.



Cabe destacar que a Constituição Brasileira oportuniza a todos (as) a participação nesses dois modelos.

¹ - A democracia participativa está relacionada com as escolhas pessoais e coletivas que podem ser de maneira direta, através das eleições periódicas aos governos que representam as políticas partidárias, nas instituições não governamentais e /ou populares. Portanto, a democracia participativa, igualmente, a representativa, são espaços onde a voz da mulher deve ser considerada a partir da empatia entre homens e mulheres que buscam a igualdade dentro desses espaços. Apesar disso, existem várias relações entre estes dois modelos. Na democracia participativa, o central é a participação ativa dos cidadãos nas tomadas de decisão, mas o processo eleitoral e a representação seguem, assim como na democracias representativas, onde, apesar dos governantes, também podem existir instituições participativas, como conselho, fórum, comissões, audiências, entre outras (ZORZAL, 2014). Essa é a relação entre esses conceitos apresentados nesta página.

Para compreendermos a importância da participação das mulheres nos espaços democráticos precisaremos retomar uma compreensão geral sobre como eles estão estruturados e porque ainda, infelizmente, as mulheres são a minoria ou, muitas vezes, são alvos de invisibilização e violência.

Ao longo desta cartilha, inicialmente, propomos uma leitura sobre o papel das mulheres no mundo em que vivemos, trazendo um pouco da história de lutas e conquistas. Depois temos um momento em que tratamos especificamente das mulheres nos espaços políticos – relacionados à **democracia representativa** (mandatos eleitorais) assim como naqueles associados à **democracia participativa** (fóruns, conselhos etc). Também consideramos relevante analisar a atuação das mulheres nos **movimentos sociais e institucionais não governamentais**, como associações, cooperativas e Organizações Não Governamentais (ONGs). Por fim, trazemos algumas experiências e relatos da participação das mulheres nestes diversos espaços.

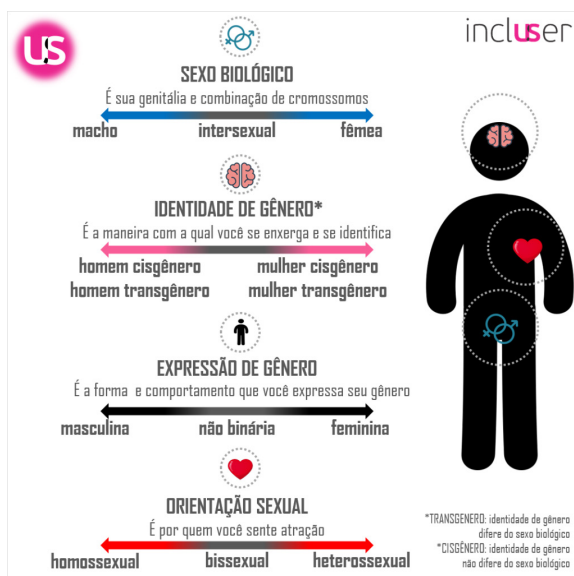
Ainda que o tema da cartilha seja a importância das mulheres nos espaços de participação popular e representativa, esse material é destinado a todas e todos que entendam a importância desse debate para garantir a efetiva democratização das decisões que afetam o coletivo, como é a questão ambiental.

Boa leitura!

1. O que significa debater gênero?

Debater gênero envolve falar das mulheres mas não só, também de sexualidade, identidade de gênero, ou seja, como homens e mulheres se identificam., dentre diversos outros assuntos. Mas nessa cartilha queremos falar das mulheres. Sabemos que a maior parte da população brasileira é composta por mulheres, mas quem são elas e onde estão?

São brancas, pretas, pardas, indígenas, entre outras etnias. Além disto, são heterossexuais, mas também são LGBTQI+, são mulheres cisgêneras e também transgêneras, são mulheres trabalhadoras nos lares e também fora deles. Ou seja, são muito **diversas!** Por isso, quando nos referirmos às *mulheres* ao longo da cartilha, e do nosso curso, saiba que estamos falando desta imensidão de representações femininas que existem!



A identidade social da mulher e do homem é construída através da atribuição de distintos papéis, isto é, a partir da sociedade são determinados os campos onde mulheres e homens podem atuar, seja na vida privada, pública e especialmente no mundo do trabalho. Por isso, podemos pensar que a identidade social da mulher é historicamente privada (doméstica), ao contrário do homem, que é pública e institucional (SAFFIOTTI,1987).



A sociedade investe muito na naturalização desse processo, tentando fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre da capacidade de ser mãe. De acordo com esse pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, incluindo a socialização com os(as) filhos(as), assim como é natural sua capacidade de dar à luz a uma bebê (SAFFIOTTI, 1987, p. 9).

É importante que possamos perceber que esses papéis sociais são **construídos** dentro dessa sociedade e, portanto, se uma mulher assume diferentes papéis é porque eles, em sua maioria, são impostos pelo **sistema patriarcal**. O problema é que não é dado às mulheres o direito à escolha, simplesmente é tido como regra que elas devem ser as responsáveis pelos afazeres domésticos, cuidados com os demais integrantes da família (marido, filho(a), idosos(as)), enquanto os homens podem escolher o que desejam fazer dentro e fora de casa.

Neste sentido, é relevante compreendermos que este debate tem como pano de fundo a **liberdade das mulheres em escolherem o que desejam ser**. Ser mãe, dona de casa, astronauta, engenheira, médica, professora, dentre as diversas opções que existem no mundo atual. É sobre isto que estamos abordando quando desnaturalizamos que as mulheres possuem um papel específico e restrito na sociedade!

Sabemos que as oportunidades de acesso a diversas profissões não são iguais a todas as mulheres, havendo diferenças de classe, etnia e até estéticas. É mais comum ver uma mulher branca, com boas condições financeiras, exercendo a profissão de engenheira ou médica, do que uma mulher pobre ou negra, porém isso também precisa mudar. Afinal todas as mulheres devem ter as mesmas oportunidades e direito à escolha. A autonomia deve contemplar todas as mulheres e não apenas as mais ricas ou de uma única etnia, ou com maior nível de escolaridade!

Sistema Patriarcal é o modelo de sociedade em que as mulheres são colocadas em uma situação de inferioridade e desigualdade em relação aos homens. Para o patriarcado, as mulheres não devem ocupar a vida pública e política, pois este seria um direito dos homens. Portanto, no patriarcado, a mulher é **dominada** dentro do espaço privado, ou seja, através dos seus papéis desempenhados dentro dos afazeres domésticos, e **explorada** pelo sistema capitalista econômico e político institucional quando ocupa cargos com menor remuneração e poder.



Nesse sentido temos o desafio de debater a superação do modelo atual de sociedade que ainda produz e reproduz a concepção de que o homem branco é o centro das realizações humanas. Dentro desse contexto, cabe salientar que em nenhum momento se pretende provar uma superioridade da mulher em relação ao homem, mas problematizar a sociedade patriarcal, desnaturalizando os papéis impostos à mulher dentro dessa sociedade.

“

Dessa forma, a igualdade de oportunidades pressupõe a partilha de responsabilidades por homens e mulheres, em qualquer campo de atividade, aí incluso o espaço doméstico. Não se trata de ensinar os homens a auxiliarem a mulher no cuidado com os filhos e a casa, pois sempre que a atividade de alguém se configurar como ajuda, a responsabilidade é do outro. Trata-se de partilhar a vida doméstica, assim como o lazer e as atividades garantidoras do sustento da família. Nada mais injusto do que tentar disfarçar a dominação dos homens sobre as mulheres através da “ajuda” que os primeiros podem oferecer às últimas. (SAFFIOTI, 1987, p. 15)

Após esse entendimento geral sobre como a nossa sociedade se estrutura na desigualdade de gênero, nossa pergunta central é: **qual a importância das mulheres nos espaços de decisão, especialmente aqueles destinados à política ambiental?**

2 . Nossas histórias, nossas lutas e resistências!

Para responder à pergunta anterior precisamos falar um pouco da história das mulheres, contextualizando com os momentos da humanidade, vamos lá?

Como sabemos, existe uma imensidão de mulheres, logo, não há uma única história, mas sim diferentes épocas onde mulheres resistiram às imposições de hierarquização de poder. Há também períodos em que lutaram silenciosamente contra a violência, a subordinação, seja ela doméstica ou pública e, igualmente, épocas em que se construiu a **organização coletiva** dessas lutas no sentido de dar maior visibilidade as denúncias dos nossos papéis na sociedade.

Por isso, trazemos a seguir a leitura de momentos históricos importantes: a luta e resistência contra a escravidão das pessoas negras, a luta pelo direito ao voto feminino e o movimento sufragista.



Luta e resistência
(fonte:freepik)

2.1. Lutas e resistências das mulheres negras escravizadas

É comum pensarmos nas batalhas pelo direito ao voto como o pontapé inicial dessa história de resistência e luta das mulheres. Nessa lógica, é como se antes do movimento sufragista (aquele que lutou pelo direito ao voto feminino) as mulheres estivessem satisfeitas com sua condição de submissão, e que em algum momento tiveram suas consciências despertadas por alguma razão. Estará correta esta forma de enxergar a história? Condiz com a realidade?

De fato, o Movimento Sufragista foi de grande importância para que as mulheres, principalmente as mulheres brancas, conseguissem se organizar por uma pauta feminista. Mas, antes mesmo da luta pelo direito ao voto havia mulheres que lutavam pelo direito à vida: as mulheres negras escravizadas.

Todos(as) nós já ouvimos a associação de **mulher** às características como **feminilidade** e **fragilidade**, certo? Porém, será que isto sempre foi assim? E será que todas as mulheres sempre foram vistas dessa forma?

Ao longo da história, as mulheres negras não eram vistas como frágeis, e por muito tempo nem sequer como seres humanos. Basta lermos um pouco da **história da escravidão**. Nos Estados Unidos, os(as) escravagistas (pessoas que exploravam os negros e negras) tratavam essas mulheres do mesmo modo que tratavam os homens negros. Não importava se eram homens ou mulheres, as pessoas escravizadas eram destinadas aos mesmos postos de trabalho, principalmente nas lavouras de algodão. Ao contrário do que muitos imaginam, haviam poucas mulheres escravizadas que trabalhavam dentro das casas dos



Maria Felipa (fotografada por Albert Henschel, 1870)

senhores(as) (DAVIS, 2016).

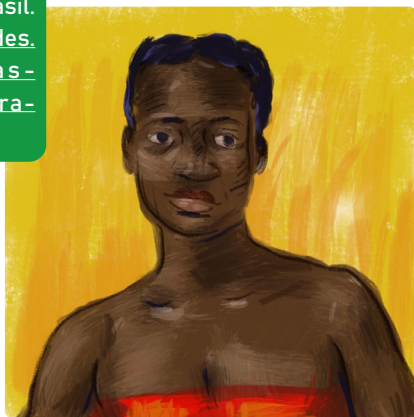
Uma curiosidade interessante é que entre a população negra escravizada nos Estados Unidos havia uma relação de *igualdade*, ou seja, no núcleo familiar dessas pessoas, ainda que em péssimas condições de moradia, as esposas e os maridos eram socialmente iguais no interior de suas comunidades, tanto para as tarefas de caça e cuidados da casa quanto para os levantes que organizavam contra os exploradores escravagistas. Há inclusive histórias de **mulheres negras que atuaram como chefes de expedições de fuga** das fazendas, assim como mulheres que resistiram a estupros de seus senhores (DAVIS, 2016).

No Brasil, o local em que elas trabalhavam dependia de onde moravam. As mulheres negras escravizadas no meio rural atuavam tanto na lavoura, muitas com os (as) filhos (as) amarrados (as) em seus corpos ou grávidas, quanto nas casas dos (as) escravagistas, como serviçais. Já as que moravam no meio urbano atuavam como serviçais nas casas e como “ganhadeiras” pelas ruas, ou seja, vendiam alimentos ou trabalhavam como serviçais na cidade e o dinheiro era destinado, em grande parte, aos seus(suas) proprietários(as) (MIRANDA, 2019).

Além disso, as mulheres negras eram muito mais castigadas do que os homens negros, pois eram vítimas não só dos açoites e outras formas de agressões, mas também de constantes estupros por parte dos escravagistas e dos feitores, sendo estes últimos os empregados dos donos das fazendas, (DAVIS, 2016; MIRANDA, 2019), popularmente conhecidos no Brasil como “capitães do mato”.

Cabe ressaltar que essas violências não foram aceitas passivamente, pois a história das mulheres negras nos mostra o quanto elas literalmente guerrearam contra a escravidão. Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela, Anastácia, Luiza Mahín, Aqualtune, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Maria Beatriz Nascimento e tantas outras.

Quer saber mais sobre elas? Acesse o link da reportagem do Portal Geledés, publicada em 2017, que trata das principais mulheres negras que lutaram contra a escravidão no Brasil. Acesse aqui: <https://www.geledes.org.br/17-mulheres-negras-brasileiras-que-lutaram-contr-a-escravidao/>



Tereza de Benguela (representação) - Cecília Silveira
illustratedwomeninhistory.com

Essa compreensão histórica é de grande importância, pois muito antes de lutar pelo direito ao voto, já havia lutas das mulheres que estavam em condição de escravidão. Inclusive, no caso dos Estados Unidos, o movimento anti-escravagista teve grande influência para as mulheres brancas lutarem pelo direito ao voto (DAVIS, 2016). Além disso, há marcas dessa história na realidade atual, pois no Brasil as mulheres negras estão em desvantagem: são as que menos ingressam nas universidades, são as que menos ocupam cargos públicos, as que menos estão nos espaços de poder, e as maiores vítimas de violência doméstica (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2010; REZENDE, 2018).

2.2. A luta das mulheres pelo direito ao voto

Desde a Revolução Francesa (1789-1799) que aconteceu na França do século XVIII foram conquistados alguns **direitos universais** que se reproduziram, em espaços e tempos diferentes em praticamente todos os continentes do mundo: **a instalação da separação de poderes e a Constituição**. Foi por meio das Constituições que o direito ao voto foi se constituindo como um passo para a democracia em diversos países.

Porém, esse direito inicia-se com muitas mazelas, isto é, as primeiras pessoas que passaram a votar na França, por exemplo, foram os homens brancos com poder aquisitivo (donos dos meios de produção, os burgueses). Este tipo de voto é conhecido como **voto censitário**. Logo, as lutas e resistência foram fazendo com que essa situação fosse se modificando e, segundo Alves e Pitanguy (1981), foi nesse período que:

“

[...] O feminismo adquire características de uma prática de ação política organizada. Reivindicando seus direitos de cidadania frente aos obstáculos que os contrariam, o movimento feminista, na França, assume um discurso próprio, que afirma a especificidade da luta da mulher. (ALVES. PITANGUY, 1981, p.32)

Trazendo a história da luta da mulher francesa pelo voto, que não é somente feminista, mas étnica e social, vamos apresentar como isso aconteceu aqui no Brasil, para que você possa construir a idéia de sufrágio universal, e perceber o quanto essa busca ainda está presente na nossa sociedade contemporânea. Vamos ver cronologicamente como isso aconteceu:

Data	Lei	Efeitos	Fonte
1824	Constituição Política do Império do Brasil	Proibição do voto feminino. O termo cidadão não abrangia as mulheres , embora o texto não as listasse nas exceções do Art. 94.	Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de Março de 1824)
1891	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil	Proibição do voto feminino. O texto constitucional não afirma explicitamente que as mulheres seriam impedidas de votar no Art. 70.	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de Fevereiro de 1891)
1932	Código Eleitoral, Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, Art. 2º e Art. 121	São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, sem distinção de sexo, segundo o Art. 2, mas o voto feminino é definido como voluntário , por meio do Art. 121.	Decreto nº 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932
1934	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil	O voto feminino é mantido como voluntário, por meio da obrigação do alistamento somente para os homens, prevista no Art. 109.	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de Julho de 1934)
1945	Lei Agamenon, Decreto-Lei nº 7.586 de 28 de maio de 1945	O voto feminino é voluntário para as mulheres que não exerçam profissão lucrativa, conforme Art. 3º.	Decreto-Lei 7.586, de 28 de Maio de 1945
1946	Constituição dos Estados Unidos do Brasil	O voto feminino é mantido como voluntário para a mulher casada, aquela que não exerce profissão lucrativa, por meio de legislação ordinária, como autorizado pelo Art. 133.	Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de Setembro de 1946)
1950	Código Eleitoral, Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950	O voto feminino é voluntário para as mulheres que não exerçam profissão lucrativa, conforme Art. 4º	Lei nº 1.164, de 24 de Julho de 1950
1965	Código Eleitoral, Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965	Universalização do voto, por meio do Art. 6º, exigindo que o alistamento e o voto sejam obrigatórios para um e outro sexo.	Lei nº 4.737, de 15 de Julho de 1965

Tabela 1 - Linha histórica do acesso ao voto pelas mulheres brasileiras.

Fonte: Limongi, et. al (2019).

Ainda que em 1932 algumas mulheres brasileiras tivessem o direito de votar, para pessoas negras esse direito só chegou em 1934 (Tribunal Superior Eleitoral, 2013) e para analfabetos em 1985 (WESTIN, 2016). Essa situação de exclusão de homens e mulheres negras se deu em diversos países, não só no Brasil.

2.3. Movimento Sufragista

Entende-se por Movimento Sufragista, no âmbito geral, a luta dos (as) trabalhadores (as) operários (as) no século XIX que defendiam o fim do voto censitário, a ampliação da democracia e dos direitos trabalhistas, porém nessa luta não se incluía a luta das mulheres para atingirem os mesmos direitos. Alves e Pitanguy (1981, p.44) afirmam que o sufrágio feminino “foi uma luta específica que abrangeu mulheres de todas as classes. Foi uma luta longa, demandando enorme paciência”.

Segundo as autoras, no mundo o movimento sufragista feminista foi considerado um dos movimentos de massa mais fortes do século XX, juntando até 2 milhões de mulheres. Ele se iniciou nos Estados Unidos em 1848 quando muitas mulheres passaram a lutar pela abolição da escravidão e se identificaram com a opressão, dominação e exploração que as pessoas negras passavam. O movimento durou sete décadas, passando por momentos repressivos quando as sufragistas eram presas e ameaçadas de morte. A pressão das sufragistas pelo direito ao voto se expressava através de **passeatas, de enfrentamento durante os comícios políticos, durante as eleições**. Foi em 1920 que se concretizou o sufrágio universal feminino nos Estados Unidos (ALVES e PITANGUY, 1981).

No Brasil, a luta pelo direito ao voto feminino, conforme Alves e Pitanguy (1981), não teve grandes movimentos de massa, pois a estratégia utilizada pelas organizações feministas era de fazer **pressão no Congresso e divulgação nos meios de comunicação** para que a opinião pública ficasse ao lado do movimento. Alguns estados federativos foram regulamentando o direito ao voto feminino a partir de 1927. Em 1932, quando o presidente do Brasil, Getúlio Vargas concedeu através de decreto o sufrágio feminino, dez estados já haviam cedido ao movimento feminista.

É importante compreender que o movimento sufragista, apesar de ter começado com os operários descontentes, é considerado um **movimento feminista**, porque foi a partir dele que muitas mulheres passaram a se enxergar como cidadãs

que se encontravam em determinadas condições sociais que ultrapassam a questão do voto. Cabe lembrar que nossas conquistas enquanto cidadãs do mundo são frágeis e alternam conforme os governos que assumem o comando das nações.

A professora Amanda Motta, pesquisadora sobre o tema, em entrevista realizada para esta cartilha no ano de 2020, ressalta que devemos estar sempre em vigilância porque nossas conquistas são frágeis diante da sociedade patriarcal que ainda vivemos. No decorrer da leitura da cartilha você vai encontrar o depoimento completo da professora.



Passeata pelo Sufrágio, Nova Iorque (wdl.org, 1912)

2.4. As lutas das mulheres por igualdade de condições no ambiente de trabalho

Para que possamos problematizar sobre a questão da igualdade de gênero e etnia no trabalho, vamos pensar na seguinte colocação:

“ À mulher foi incumbido o trabalho reprodutivo, o cuidado com a família e as responsabilidades da casa. A sua inserção na esfera política e no mercado de trabalho é vista como complementar e intermitente o que justificaria a sub-representação democrática desse grupo e a percepção de salários menores. Já ao homem, coube o trabalho produtivo, de provedor econômico da família, detentor de direitos sobre a esposa e filhos (as) e legítimo ator político, de participação e deliberação na esfera pública. (SOUSA SÁ e SANTOS, 2019)

Como podemos identificar a partir do momento em que a sociedade patriarcal define os papéis da mulher isso se reflete diretamente na maneira como a sociedade capitalista determina a atuação dessas mulheres no ambiente de trabalho, ou seja, no capitalismo o sistema de produção é baseado na exploração da mão de obra, na exploração do trabalho que nada mais é do que a energia física e mental dispensada pelas trabalhadoras e trabalhadores para a produção de mercadorias e serviços. Assim, a colocação da mulher no mercado de trabalho, ainda no século XXI, não generalizando, é vista como uma complementação de renda familiar. Essa situação é vista principalmente nas classes mais pobres, onde as mulheres ocupam lugares de trabalho que se relacionam com a extensão do lar: domésticas, costureiras, enfermeiras, cuidadoras de idosos/as, entre outras atividades. Essa condição se agrava quando vamos identificar a questão das mulheres negras, que sofrem, ainda mais com sua condição étnica.

E como fica a luta no mundo do trabalho?

Esse é assunto bastante complexo que, para além do que foi exposto, possui inúmeros aspectos que devem ser estudados, desde a história dessas lutas até as condições de trabalho da sociedade atual. Aqui, nessa cartilha, citamos essa relação para que você possa pensar o lugar da voz, do trabalho, do espaço que a mulher quer ocupar.

3. Mulheres e os espaços de participação popular e representativa no Brasil

Apesar das conquistas das mulheres negras, brancas e de outras etnias, será que as mesmas passaram a ter condições de igualdade aos homens nos processos decisórios?

Nesse tópico vamos abordar aspectos da participação das mulheres na discussão e definição das políticas públicas em nosso país. Sabemos que existem vários espaços de participação, que envolvem organizações da sociedade, tais como associações de bairro, cooperativas e outros grupos populares, como também espaços destinados às políticas públicas, a exemplo dos conselhos e das esferas de governo.

Dentro dos espaços públicos faremos aqui uma distinção entre aqueles definidos na democracia representativa, ou seja, cuja representação ocorre por meio de eleições, como é o caso do poder legislativo e do poder executivo nos municípios, estados e em nível federal, e os espaços de democracia participativa (fóruns, conferências e conselhos gestores de políticas públicas).

Mobilizações de Base	Espaços Públicos de Governo	
Podem ser movimentos institucionais ou não, tem pautas específicas e uma organização horizontalizada.	Espaços de Participação Social	Espaços de Representação Política
Exemplos de Rio Grande		
Associações de Moradores(as), Cooperativas de Reciclagem e de Pesca, Movimentos Populares de Mulheres, Negros (as), LGBT's; Organizações não Governamentais, entre outros.	Conselhos (meio ambiente, saúde, educação...); Orçamento Participativo; Audiências Públicas; Consultas Populares, entre outros.	Prefeitura de Rio Grande e Câmara Municipal.

Tabela 2 - Exemplos de espaços de participação em Rio Grande - RS.

As mulheres estão presentes em todos estes espaços!

Você provavelmente conhece alguma mulher que fez ou faz parte de uma associação de bairro, ou de algum conselho local ou municipal. Você deve conhecer alguma mulher no legislativo (vereadora, deputada estadual, deputada federal ou senadora) ou executivo (prefeitas, governadoras). No Brasil, já tivemos inclusive, uma mulher como presidenta da República. Porém, ainda que existam mulheres em todos esses ambientes, as estatísticas indicam que as mulheres, especialmente as negras, indígenas e transexuais, ocupam menos esses locais do que os homens brancos com maior poder aquisitivo e heterossexuais. Por sua vez, os homens brancos pobres, homens negros, indígenas e transexuais também sofrem com a discriminação social, étnica e econômica, o que resulta na sua menor representatividade dentro dos poderes executivos e legislativos.

Em função disso, Saffioti (1987) nos diz que a sociedade está dividida entre homens dominadores e mulheres dominadas, porém ela afirma: “Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens.” (1987, p. 16). Para além do sistema patriarcal, a divisão de classe e etnia influencia diretamente nas desigualdades sociais e nos espaços de participação popular e representativa, inclusive da política ambiental, tema que veremos adiante.

Considerando isso, vamos discutir sobre como se dá a participação feminina nos espaços de poder, especialmente os que citamos acima, e quais os principais entraves para que as mulheres consigam de fato exercer a política representativa e, portanto, participarem dos processos de tomada de decisão. Destacaremos a importância desse debate no âmbito da **Política Ambiental**.

3.1 Participação Representativa: Poder Executivo e Legislativo no Brasil

No que diz respeito à representação das mulheres nos espaços eleitorais, ainda que esteja prevista na **Lei das Eleições** (Lei nº 9.504/1997), a reserva de pelo menos 30% das candidaturas para as mulheres, não há uma garantia de que as mesmas sejam eleitas. Até 2017, os partidos poderiam atingir esse percentual através de coligações partidárias, o que não garantia que todos os partidos tivessem efetivamente ao menos 30% de mulheres como candidatas, algo que mudou com a Emenda Constitucional nº 97/2017. **Agora, todos os partidos são obrigados a reservar 30% das candidaturas às mulheres!**

LEI DAS ELEIÇÕES (Lei nº 9.504/1997), ARTIGO 10, PARÁGRAFO 3:
“Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o **mínimo de 30% (trinta por cento)** e o máximo de 70% (setenta por cento) **para candidaturas de cada sexo.**”

Entretanto, as estatísticas eleitorais mostram que as mulheres continuam sendo as menos votadas, mesmo sendo a maior parte do eleitorado (52%) (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018). Além disto, muitas **candidaturas femininas são “laranjas”**, uma vez que as mulheres só estão na condição de candidatas para atingir a cota exigida pela legislação (permitindo acesso ao fundo eleitoral) e não efetivamente porque pretendem disputar e ocupar um cargo na esfera política (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018; SOUSA SÁ e SANTOS, 2019).



Em 2010 as mulheres representavam em média 10% dos políticos eleitos! Dentre os motivos para este cenário de desigualdade pode-se citar:

As mulheres terem menos aporte financeiro para realizar suas campanhas; são menos destinadas a cargos de direção dentro dos partidos;

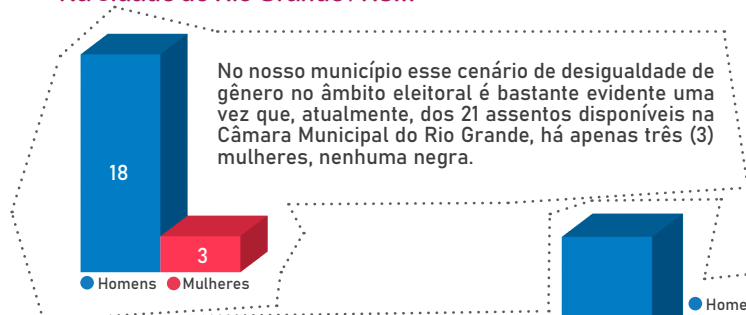
Contam com o papel da mídia no reforço da imagem de que as mulheres são responsáveis pelas atividades domésticas e privadas;

Continuam exercendo a maior parte dos trabalhos domésticos e de cuidado dos(as) filhos(as) em seus lares. Essa estatística praticamente não foi alterada após uma década.

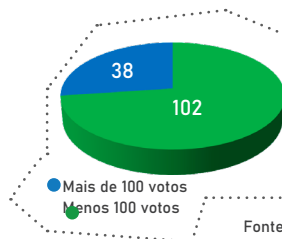
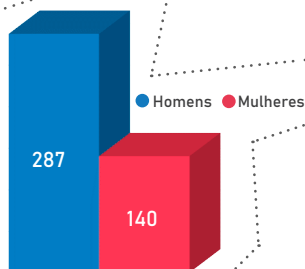
fonte: LÜCHMANN e ALMEIDA, 2010

Vamos conhecer alguns dados sobre a representação da mulher nos espaços de participação representativa?

Na cidade do Rio Grande / RS...



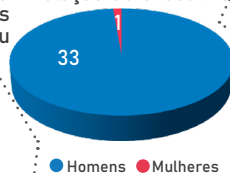
Em contraponto, ao olharmos a lista de candidaturas para o pleito de 2018, podemos verificar que do total de 427 candidatos(as), 140 eram mulheres.



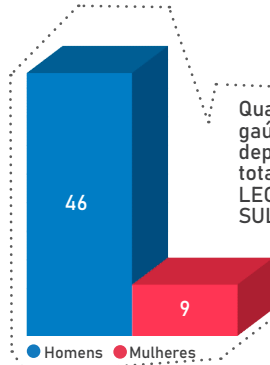
Porém, se verificarmos o número de votos, percebemos que 102 candidatas, ou seja, a grande maioria delas, tiveram menos que 100 votos, um valor bastante baixo.

Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2020

Outro fator de disparidade de gênero da Câmara Municipal diz respeito ao cargo presidencial. Nos seus 72 anos de existência somente uma mulher exerceu o cargo de presidente, no ano de 2018. As demais gerências foram feitas por um total de 35 homens, dos quais 12 ocuparam o cargo por pelo menos duas vezes (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2020). Já em relação ao executivo municipal do Rio Grande se observa que nos 283 anos do município nunca houve uma mulher como prefeita ou vice-prefeita.



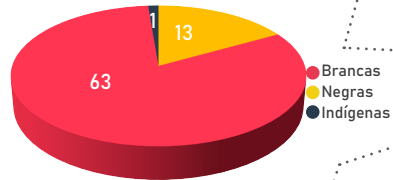
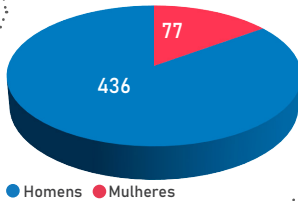
No estado do Rio Grande do Sul...



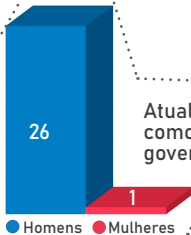
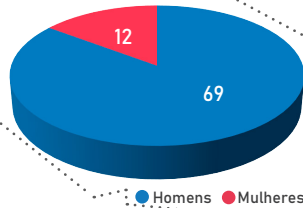
Quanto a Assembleia Legislativa gaúcha atualmente tem nove (9) deputadas, nenhuma negra, em um total de 55 acentos (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Na esfera federal...

No Congresso Nacional há 77 mulheres no total de 513 deputados (as) federais, das quais 13 são negras e uma indígena.



Já no Senado, há 12 mulheres dentre um total de 81 acentos, sendo nenhuma negra (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020; FIOCRUZ, 2020).



Atualmente há apenas uma mulher como governadora, do total de 27 governadores (as).

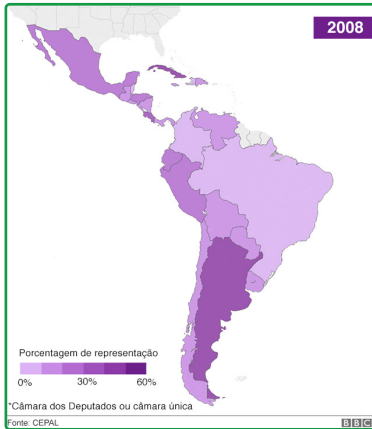
No caso do executivo federal, sabe-se que houve apenas uma mulher presidente.

² - Por motivos de a identificação etnico-racial ser por autodeterminação, só encontramos informações para representantes eleitas

Um estudo realizado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro identificou que no mandato de 2015–2018, 72% dos deputados federais eram homens brancos, enquanto que os homens negros representam 3,5%. Quanto à representação feminina, 8% de mulheres brancas, 1,6% de mulheres pardas e 0,6% de mulheres negras. Com isto é possível visualizar que a **falta de diversidade** na representação do povo brasileiro na Câmara dos Deputados não é exclusivamente para o critério de gênero. Para saber mais sobre esta realidade acesse o áudio e nota da entrevista com o professor responsável pela pesquisa, o senhor Luiz Augusto Campos da UERJ, no site da Câmara dos Deputados. LINK: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/442702-estudo-analisa-nova-composicao-da-camara-por-genero-e-raca/>

Fonte: www.camara.leg.br

Como vimos, devido ao fato de no Brasil a cota ser apenas para a candidatura, não há uma garantia de que as mulheres ocuparão uma vaga no legislativo ou executivo. Um exemplo diferente podemos ver na Argentina onde as cotas são de ocupação das vagas do parlamento. Desde 2019 a reserva de vagas ampliou para 50% o percentual a ser ocupado por mulheres (GAUCHAZH, 2019). **As diferentes formas de propor a inclusão das mulheres na política eleitoral é sentida no perfil de pessoas eleitas nos países latinoamericanos na última década, conforme representação construída pela BBC Brasil (2019).**

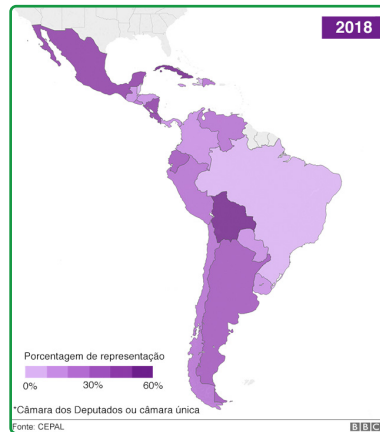


Quanto mais forte o tom roxo no mapa, maior o percentual de representação de mulheres. Quer saber mais? acesse aqui a matéria: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47490977>

www



Fonte: www.bbc.com/portuguese/brasil



Ainda que a representação das mulheres seja um primeiro passo para uma maior igualdade de gênero, por si só não é suficiente para assegurar que os interesses das mulheres estejam representados nesses mandatos, pois **ser mulher não necessariamente as leva a defender políticas pelo fim da desigualdade de gênero**. Mesmo havendo uma bancada feminina, como no caso da câmara dos deputados, muitas vezes “o comportamento propositivo da mulher está muito mais vinculado à bancada do seu partido do que propriamente a divisão por gênero” (COSTACURTA, 2016).

3.2. As Mulheres nos espaços de Participação Popular no Brasil

Espaços de exercício da cidadania não são restritos aos processo eleitoral (SANTOS, 1997). Boa parte das mulheres exerce seu papel político em Conselhos Gestores de política pública, assim como em entidades da sociedade civil, coletivos e movimentos sociais.

Mas afinal, quais são os espaços de Participação Popular?

Para entender o que são esses espaços e qual a relação das mulheres com os mesmos precisamos relembrar um pouco da história de nosso país. Ao final de ditadura militar, em 1985, durante o processo de **redemocratização do Brasil**, ficou cada vez mais evidente a importância de romper com as estruturas autoritárias do antigo regime, tornando as decisões mais democráticas à população, algo que passou a ser previsto em nossa Constituição Federal de 1988.

A Ditadura Militar, iniciada em 1964, caracterizou um período em que as pessoas não tinham direito a voz, muito menos de participar das decisões em espaços como os que falamos aqui nesta cartilha. Porém, diversos grupos e organizações sociais lutaram contra esse regime, o qual teve fim em 1985, **dando-se início a um processo de redemocratização**, que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, com ampla participação da sociedade civil. Em consequência, foram criados diversos mecanismos de participação popular, característicos da democracia participativa, com vistas a ampliar o exercício político das cidadãs e cidadãos. Participar de decisões que afetam o coletivo passou a ser um direito das brasileiras e brasileiros na Constituição de 1988, que foi apelidada de **Constituição Cidadã**.

Nesse contexto, foram construídos vários instrumentos de política participativa, tais como os Fóruns, Conferências, Projetos de Lei de Iniciativa Popular, e os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, os quais inicialmente teriam sido pensados como forma de alargar a participação da sociedade civil, especialmente dos grupos historicamente marginalizados, nas decisões sobre os rumos do Brasil. Assim, as mulheres, os(as) negros(as) e os(as) LGBTQs tiveram importante contribuição na construção destes espaços (SANTOS et. al, 2017).

No caso das mulheres, à medida que se organizaram e ocuparam os espaços políticos - sejam os de base ou associados ao poder público, mais elas passaram a questionar a disparidade de representação de mulheres nos processos de tomada de decisão (SANTOS et. al, 2017).

CONFERÊNCIAS

Um dos espaços de participação social previsto pela Constituição de 1988 são as Conferências Nacionais, ou seja, são eventos que reúnem setores do governo e membros(as) da sociedade civil para a discussão de políticas públicas a serem implementadas na gestão governamental. Existem conferências em diversas áreas, a exemplo de Saúde, de Assistência Social, de Educação e de Meio Ambiente. Entre 2003 e 2006 foram realizadas 48 conferências, nas mais diversas áreas, o que envolveu uma participação de mais de 2 (dois) milhões de pessoas da sociedade civil e poder público (ROCHA, 2008).

Normalmente, antes dessas Conferências Nacionais são realizadas as Municipais e Estaduais. O resultado destas discussões é aprofundado a nível nacional. Até hoje foram realizadas quatro (4) Conferências Nacionais de Meio Ambiente com participação da Sociedade Civil, Poder Público, e Setor Empresarial (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2020). Dentre as representações da Sociedade Civil os

principais grupos foram: Povos Indígenas, Populações Afro-Brasileiras, Movimentos Sociais, Fóruns de ONGs, e Centrais Sindicais (AYRES e TONELLA, 2018).

Conferência/ Ano	Tema	Nº de participantes nas três etapas	Nº de participantes da etapa nacional	Percentual de mulheres da etapa nacional
1ª / 2003	Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente	65 mil	1.500	34%
2ª / 2005	Gestão Integrada das Políticas Ambientais e Uso dos Recursos Naturais	86 mil	1.700	38%
3ª / 2008	Mudanças Climáticas	115 mil	1.800	36%
4ª / 2013	Resíduos Sólidos	200 mil	2.000	43%

Tabela 3 - Conferências Nacionais do Meio Ambiente do Brasil: temas do evento e número de participantes (incluindo as etapas municipais, estaduais e federal). Fonte: Ayres & Tonella (2018); Ministério do Meio Ambiente (2020).

Ainda que nessas conferências ocorram amplos debates que resultam em muitos encaminhamentos finais, é importante destacar que boa parte do que é deliberado não se torna efetivamente política pública, o que não reduz a importância desses eventos, pois a partir deles podem surgir projetos ou ações práticas transformadoras. Porém, infelizmente, a quarta Conferência Nacional de Meio Ambiente, em relação às anteriores, teve uma queda na participação da sociedade civil (de 38 entidades para 15) e menor influência na construção efetiva de políticas públicas (AYRES & TONELLA, 2018).

Quer vivenciar uma experiência em Conferência? Então clique no link para acessar a gravação da abertura do 4º Conferência Nacional de Meio Ambiente: <https://www.youtube.com/watch?v=DfWpMFnmqPo>

www



Quanto à **participação das mulheres**, de acordo com dados do IPEA (2006) na segunda conferência havia em torno de 38% delas, sendo que a comissão organizadora do evento havia orientado que as entidades respeitassem essa quantidade mínima indicando pelo menos 30% de mulheres como delegadas para o evento. Além disso, quase 70% dos participantes (total de homens e mulheres) tinham ensino superior. Já na terceira Conferência, o percentual de mulheres reduziu para 36% e na quarta subiu para 43%, sendo que nesta última também 67% dos participantes tinham ensino superior (IPEA, 2006; IPEA, 2013).

Dessa forma, é possível visualizar que a participação feminina ainda é baixa, assim como a participação de pessoas sem ensino superior, algo que também é observado no caso dos conselhos de meio ambiente, conforme trataremos a seguir. Apesar do importante papel dessas Conferências, é necessária uma ampliação da participação feminina, especialmente das camadas populares, e cobrança para que as definições desses espaços sejam efetivadas em políticas públicas.

CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

No caso dos conselhos gestores, as mulheres têm maior representação, ainda que em áreas específicas. Alguns estudos apontam para o fato das mulheres serem mais presentes em conselhos das áreas sociais, o que pode estar atrelado à ideia machista de que as mulheres naturalmente são mais cuidadosas, sensíveis e dedicadas às questões relacionadas à família e ao lar. **Lembremos que as mulheres não são todas iguais!** Portanto, será que é correto atribuir essa característica a todas elas? Acreditamos que não! Assim como os homens, cada mulher é de um jeito. Além disto, ao se analisar conselhos gestores de assuntos vistos como mais técnicos (como os de Meio Ambiente) é comum ver a predominância de homens (LÜCHMANN e ALMEIDA, 2010).

Estes resultados foram vistos em uma pesquisa publicada em 2016 (LÜCHMANN et. al, 2016), em que nos Conselhos de Assistência Social (Municipais, Estaduais, e Nacional) as mulheres eram predominantes, tanto representando o governo, quanto representando a sociedade civil. Nos Conselhos de Saúde foi observada paridade (igualdade) entre homens e mulheres para os níveis municipais e estaduais, mas o Conselho Nacional de Saúde estava composto principalmente por homens.

Já para os Conselhos de Meio Ambiente foi observada a composição com maior participação de homens em todas as esferas, ou seja, tanto nos conselhos municipais quanto nos estaduais eles eram predominantes. E no Conselho Nacional de Meio Ambiente a representação das mulheres era ainda menor. Estas informações podem ser vistas nos números que destacamos e apresentamos no quadro a seguir.

Conselhos de Meio Ambiente						
Segmento de Representação	Municipais		Estaduais		Federais	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Governo	6,5	3,8	11,6	2,6	53	21
Sociedade Civil	7,3	3,4	11,6	4,2	20	3

Tabela 4 - Número médio de integrantes homens e mulheres nos Conselhos de Meio Ambiente Municipais, Estaduais e Federal. Dados extraídos de LÜCHMANN et. al. (2016).

Mesmo que hajam mais vagas para representantes da sociedade civil nos conselhos, não necessariamente há maior participação de mulheres, pois não há garantia de que as entidades irão indicá-las como representantes (LÜCHMANN et. al, 2016). E isso é muito preocupante, pois é possível ver a ampla participação das mulheres nas entidades da sociedade civil, porém, não são elas as indicadas para os cargos de representação e chefia.

E precisamos perguntar também: **quem são essas mulheres que conseguem ocupar os espaços de representação?**

Em um estudo realizado com os conselhos gestores de políticas públicas de Santa Catarina foi observado que as mulheres que ocupavam os espaços de representação eram na maioria brancas, classe média e com alto nível de escolaridade (LÜCHMANN e ALMEIDA, 2013). Isto é um fator importante a ser considerado, uma vez que, conforme abordamos no tópico anterior, dentro do grupo mulher há uma imensa diversidade de realidades e é importante que essa diversidade esteja representada para que se garanta a efetiva democratização das decisões.

Um exemplo dessa realidade da elitização das representações femininas é o fato de que o segmento mais representativo de mulheres nos conselhos de meio ambiente é composto por mulheres acadêmicas e com melhores condições financeiras (LUCHMANN et. al, 2016). Para tornar estes espaços mais democráticos é preciso garantir que haja ampla participação popular, com garantia da representação feminina, especialmente das mulheres das camadas populares, as quais representam a maioria das mulheres brasileiras.

O COMDEMA DO RIO GRANDE

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande foi criado em 1983 e reestruturado em 2000, sendo constituído por onze representações, cinco do Poder Público e seis da Sociedade Civil Organizada. A composição é definida a cada dois anos (biênio), onde as entidades interessadas se inscrevem e é feita uma votação entre elas para definir quem ocupará as cadeiras disponíveis.

Ao analisarmos a composição do COMDEMA desde a sua reestruturação, em 2000, até hoje, identificamos que a participação das mulheres em todos os mandatos é inferior a 36,4% como conselheiras, seja como titulares ou suplentes. Considerando que o mapeamento foi realizado a partir das atas das reuniões do conselho, não foi possível a identificação étnico-racial destas mulheres.

Biênio	Conselheiras Mulheres		Mulheres/ Total (titulares + suplentes)	Percentual de participação de conselheiras mulheres		
	Titulares	Suplentes		Titulares	Suplentes	Titulares + Suplentes
2001 - 2002	4	4	8/22	36,4%	36,4%	36,4%
2003 - 2004	3	4	7/22	27,3%	36,4%	31,8%
2005 - 2006	2	4	6/22	18,2%	36,4%	27,3%
2007 - 2008	1	2	3/22	9,1%	18,2%	13,6%
2009 - 2010	2	2	4/22	18,2%	28,2%	18,2%
2011 - 2012	3	2	5/22	27,3%	9,1%	22,7%
2013 - 2014	4	3	7/22	36,4%	27,3%	31,8%
2015 - 2016	4	4	8/22	36,4%	36,4%	36,4%
2017 - 2018	2	1	3/22	18,2%	9,1%	13,6%
2019 - 2020	3	3	6/22	27,3%	27,3%	27,3%

Tabela 5 - Elaborado pela equipe do projeto 'Formação continuada de Gestores Ambientais no contexto do Licenciamento Ambiental Municipal - LAM'

De 2001 a 2020 participaram como conselheiras do COMDEMA (titulares ou suplentes) 35 mulheres, sendo que a grande maioria delas (16) só participou de uma gestão. Oito mulheres participaram de duas gestões, três participaram de três gestões, e três participaram de quatro. Apenas uma mulher participou de cinco gestões. Quando analisamos a participação masculina, foi possível ver que alguns conselheiros participaram de quase todas as gestões do COMDEMA (9), algo que não ocorreu com nenhuma conselheira mulher.

Ficam os questionamentos: porque as mulheres além de serem minoria, participaram de menos gestões do que os homens? Será devido a estrutura do conselho ou das reuniões? Será por dificuldades particulares delas? Para entendermos melhor esse cenário teríamos que entrevistá-las, porém os dados nos provocam essas indagações e ressaltam a importância de estarmos nesses espaços!

Com isso, é possível verificar que ainda há uma grande necessidade de ampliar a participação das mulheres no COMDEMA, tendo em vista que muitas das entidades da sociedade civil do Rio Grande são conduzidas por elas. Além disto, para a garantia da efetiva qualificação e democratização da Política Ambiental Municipal é necessário que se garanta a participação das mulheres.

3.2. As Mulheres nas Entidades de Base e nos Movimentos Sociais no Brasil

Em Rio Grande há uma série de movimentos sociais, englobando coletivos, sindicatos, associações, cooperativas, ONGs, movimentos de povos tradicionais, entre tantos outros. Não há dúvida de que as mulheres estão presentes em todos estes espaços, ainda que em alguns elas sejam mais representativas que em outros.

Dentre os grupos populares de Rio Grande que tem relação direta ou indireta com o Meio Ambiente podemos citar: associações e cooperativas de pescadores (as), associações de moradores (as) de bairro, grupos de agricultores (as) familiares e/ou agroecológicos, quilombolas, indígenas, povos de matriz africana, associações e cooperativas de catadores e recicladores de resíduos, grupos de artesãos e Organizações Não Governamentais Ambientalistas (ONGs ambientalistas e de proteção animal). Reforçar a luta ambiental destas entidades está diretamente relacionado a fortalecer a participação feminina, pois para se alcançar o desenvolvimento sustentável é preciso garantir equidade de gênero para homens e mulheres.

Você Sabia?

A ONU definiu a "Igualdade de Gênero" como o 5º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável, o que demonstra ainda mais a importância das mulheres serem integradas aos espaços de participação e decisão de políticas públicas da área ambiental (NAÇÕES UNIDAS, 2020).

Em muitos espaços as mulheres são maioria, a exemplo de alguns movimentos de luta pela moradia em São Paulo, onde elas são as principais lideranças (SOUZA, 2013). Porém, há outros movimentos de base, a exemplo de sindicatos, em que as apesar de as mulheres estarem em grande número, não são as que mais ocupam os cargos de lideranças (BERTOLIN E KAMADA, 2012).

Em Rio Grande há uma forte presença das mulheres nas associações de moradores(as), e outras entidades do movimento comunitário, estando muitas na condição de presidentas ou coordenadoras gerais. Muitas dessas mulheres possuem um histórico de participação em conselhos locais e municipais de saúde, assim como em outras esferas políticas. Ao longo do ano de 2019 o projeto Formação continuada para Gestores Ambientais no contexto do Licenciamento Ambiental Municipal – LAM² realizou uma série de processos formativos com esses grupos, o que nos oportunizou conhecer mulheres com grande bagagem de história de militância pelo bairro, pela qualidade de vida da população e pela garantia de um ambiente sadio para todos e todas.

A voz da experiência: Mulheres e participação social

Diante disso, optamos por trazer alguns relatos de mulheres que têm histórico de participação popular em diferentes esferas políticas, desde a associação de bairro, cooperativa até os conselhos municipais de políticas públicas. Nosso intuito é gerar a reflexão sobre a luta das mulheres como lideranças, bem como incentivar outras mulheres, que assim almejam, a participar desses espaços e ver que é possível ocupá-los!

Para isso entrevistamos a Coordenadora Geral da Cooperativa Santa Rita de Cássia, senhora Gessy Prates, e a pescadora e integrante do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), senhora Viviane Alves. Além disso, entrevistamos a militante Amanda Motta, mulher e negra, professora da Universidade Federal do Rio Grande - Campus de São Lourenço do Sul, que atua com pesquisas na área de gênero e grupos populares.

Após lermos tantas informações sobre a realidade das mulheres nas esferas de participação, nada melhor que ouvi-las!

² - Conheça aqui nossas ações de formação: <https://projetolicenciamentoambiental.furg.br/cursos>

“A gente tem que trabalhar pra que isso melhore, que enxerguem a mulher como uma cidadã e que pode fazer as mesmas coisas que os homens.”

Meu nome é Gessy Prates, moro no bairro Castelo I. Eu faço todo o tipo de trabalho. Já trabalhei como doméstica, já trabalhei como serviços gerais de fábricas de peixe, e atualmente, eu trabalho como coordenadora da Recicladora Cooperativa Santa Rita de Cássia. A Minha rotina é sair de manhã para coordenar os trabalhos da cooperativa, junto com a minha colega Marina. E também o trabalho da casa, o cuidado com os netos e minha família. Também faço o trabalho da comunidade, pois sou da Igreja Católica, e a gente tem também um trabalho da Pastoral da Criança de acompanhamento das famílias, por mais que eu não seja presidente do bairro é um trabalho comunitário. Na Pastoral da Criança eu já atuo como liderança há 32 anos e nos movimentos populares também.

Bom enquanto mulher **como eu me enxergo?! Na minha família eu sou bastante valorizada enquanto mulher, e procuro passar essa valorização para a minha filha e para a minha família, mostrando o quanto a gente deve se valorizar. Meu esposo é uma pessoa que me ajuda muito e valoriza meu trabalho enquanto mulher.**

Na comunidade eu procuro estar sempre fazendo um trabalho mais direcionado para as mulheres. Já começa pela cooperativa que tem um grande número de mulheres, então estamos sempre fazendo rodas de conversa para falar da valorização da mulher e também para que elas possam colocar seus problemas e que a gente possa ajudá-las.

Na questão da **valorização da mulher no trabalho** eu vejo que não somos valorizadas no trabalho. Porque assim a cooperativa é um grupo, ela tem uma coordenadora que sou eu, mas é mais por coisas burocráticas, mas na realidade todo mundo faz a sua parte. E vejo que os homens não nos valorizam no trabalho, na cooperativa a gente tem mais mulheres que homens, e o que a gente vê é que eles não gostam de ser coordenados por mulheres. Eles questionam (que é direito deles) e a gente procura fazer com que eles

os homens não nos valorizam no trabalho, na cooperativa a gente tem mais mulheres que homens, e o que a gente vê é que eles não gostam de ser coordenados por mulheres

estejam nessas rodas de conversas com as mulheres para passar pra eles a questão da valorização da mulher, porque eles estão ali, mas eles têm a mulher e a filha em casa. Porque se eles não nos enxergam como coordenadoras (não aceitam ser mandados por uma mulher), imagina como eles agem em casa, com suas companheiras. Então a gente não é inimiga deles, mas tentamos fazer eles enxergarem que a mulher pode, e que tem condições de mandar tanto quanto eles.

No mundo eu vejo que a valorização da mulher é muito baixa. Já começa pelos meios políticos em que tu vê um grande número de deputados, vereadores, e lá no meio se encontram 3 ou 4 mulheres. A gente tem que trabalhar pra que isso melhore, que enxerguem a mulher como uma cidadã e que pode fazer as mesmas coisas que os homens.

No ano de 1979 eu já comecei a participar dos movimentos populares, rodas de conversas das Pastorais da Mulher e da Criança. Também atuei no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, fui conselheira tutelar por seis mandatos, e atuei na Associação de Moradores de Bairro da Santa Rita (antigo bairro Profilurbi II). Logo que o bairro se formou, fomos morar lá e não havia associação, não havia iluminação pública, nem água e nem nada.

Assim eu comecei a participar, através de convites de outros bairros, e atuei na Comissão de Defesa das Vilas, foi ai então que comecei a me engrenar e participar e saber dos meus direitos. Até então eu era uma pessoa que só vivia em casa e que achava havia uma justificativa para tudo aquilo que eu passava, e participando desses movimentos, das discussões políticas, desses conselhos, passei a ver que temos que lutar pela mulher, pela criança, e estou até hoje.

participando
desses movimentos,
das discussões políticas,
desses conselhos,
passei a ver que temos que
lutar pela mulher,
pela criança, e estou até hoje

O Conselho da Criança e do Adolescente só foi formado porque várias pessoas se juntaram e junto a um vereador começaram a fazer reuniões e assembleias, e então foi sancionado pelo prefeito da época. Mas assim, tudo na força, e na força da mulher, porque homens haviam poucos. Então eu digo assim, eu participo e continuo participando, não me vejo mais fora desses movimentos, porque eu vejo o quanto a mulher não imagina que a gente tem força, nossa força é muito grande, a gente é que não sabe. E a gente tem que tocar pra cima e não aceitar, achar que é normal, que a gente não ter uma escola pro filho é normal, ou aceitar

elas tão a frente,
elas tem força
e elas tocam adiante que
não devemos desistir

as justificativas dos governantes.

Então assim, são momentos muito fortes que a gente passou, eu passei, minha mãe passou, e vários moradores dali, e que de toda essa situação, e quanto encontramos pessoas que começaram a nos direcionar que a gente podia lutar, que a gente começou a ver que a gente tinha direito que a gente poderia lutar, e não aceitar essa situação. Fizemos caminhadas e sempre na maioria era a mulher que estavam na frente de tudo. E é assim até hoje, as mulheres são um número pequeno, mas elas tão a frente, elas tem força e elas tocam adiante que não devemos desistir. Ainda deixa muito a desejar a questão da valorização da mulher e da participação da mulher nos espaços políticos. Se vê sempre a valorização do homens, até a própria mulher procura votar no homem.

Pra mim, Meio Ambiente é o lugar/espço que a gente vive, que a gente tem que cuidar desse local, cuidar dos espaços públicos, da poluição. Que a gente tem que cuidar de todo o contexto que tem, as fábricas que vem se instalar que temos que fiscalizar, cuidar das ruas. E é muito importante a gente ta ali cobrando dos governantes essa questão da preservação do meio ambiente. Já começa na nossa casa, porque a partir do momento que você pega uma garrafa de gordura e despeja na pia já está contaminando o solo. E a gente precisa estar diariamente fiscalizando, vendo como podemos cuidar do nosso ambiente. A mulher é fundamental para o meio ambiente, pelo cuidado que ela tem, pela proteção, e a valorização, eu acho que a mulher é fundamental, ela tem que ta ali participando da discussão política, ta ali lutando pelo nosso Meio Ambiente.

E o recado que eu deixo é esse: as dificuldades são muitas, eu mesmo passei por muitas dificuldades, mas nunca me entreguei, sempre lutei, e eu acho que a gente tem que ter perseverança, apesar de todos os problemas, e lutar como mulher, ir em frente, ir em busca do que é nosso. E ser mulher é estar ai para defender a outra. Se lembrar que sempre além de nós, além dos nossos problemas, a gente vai encontrar mais mulheres passando por outros problemas, e que a gente enfia o braço uma na outra e luta, vai em busca e sigamos em frente, somos grandes mulheres.

a gente enfia o braço uma na outra
vai em busca
e luta, e sigamos em frente,
somos grandes mulheres

Nós mulheres éramos um ser destinado a procriação, ao lar, e agradar o outro. Hoje quando nos atrevemos a ser poderosas e usar nossa força, defendemos todas as mulheres.

Sou Viviane Machado Alves, Ilha dos Marinheiros, pescadora. Levanto às 6h, arrumo a casa, lavo a roupa, adianto o almoço, lá pelas 7:30 vou para a praia escolher o camarão, lavar, congelar para processar. Às 17:00 vou para o mar acender as redes de aviãozinho, volto para casa umas 20:00 para jantar e descansar para o dia seguinte. Em casa sou o porto seguro da família, resolvo todos os problemas, trabalhamos no regime familiar, então, não sou a principal, estou conquistando espaço como mulher atuante dentro da comunidade. Atuei na Pastoral dos Pescadores e Pescadoras, sou do MPP, do Fórum da Lagoa dos Patos, participei da Conferência da Saúde da Mulher, Violência Contra as Mulheres do Campo e das Águas. Participei da criação da Lei de Pesca do estado do RS, da discussão da mineração, participo de discussões na universidade (muita coisa), na comunidade junto ao Posto de Saúde, melhorias para a mesma em vários espaços.

Quando casei com pescador percebi que tudo que se precisava se dependia da Colônia de Pesca (onde se não estivesse em dia com a mensalidade não se resolvia nada) e **a mulher não tinha voz e nem direitos conquistados, fui me encorajando a participar mesmo com os contras da classe masculina.**

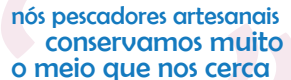
Atualmente atuo nas discussões dentro da comunidade, principalmente no posto de saúde, onde a incompetência é gritante e a falta de reconhecimento das classes trabalhadoras (pesca e agricultura) nos envergonha, no Fórum da Lagoa dos Patos (onde minha presença e fala se faz necessária). Nem sempre somos respeitadas, estamos criando espaços para outras mulheres num ambiente machista.

estamos criando espaços para outras mulheres num ambiente machista

Não acredito que exista igualdade entre homens e mulheres nos espaços políticos, pois a participação feminina nesses espaços ainda é

pequena, poucas mulheres conseguem se fazer presentes, nossa classe ainda é muito machista e não às deixam ir. **Dentro das comunidades tradicionais o machismo reina plenamente. Não há igualdade pela falta de participação nossa.**

Meio ambiente é tudo aquilo que nos cerca, nós pescadores dependemos dele para nossa sobrevivência, é dele que extraímos nosso sustento. Nós pescadores raramente somos chamados para esse tipo de discussão [da Política Ambiental], somos taxados como poluidores do nosso meio. Mesmo que digam o contrário, nós pescadores artesanais conservamos muito o meio que nos cerca, usamos apetrechos e motores com pouca força de destruição, todo lixo que encosta trazemos para casa e é dado o destino correto. Meu recado para as mulheres: Nós mulheres éramos um ser destinado a procriação, ao lar, e agradar o outro. Hoje quando nos atrevemos a ser poderosas e usar nossa força, defendermos todas as mulheres.



nós pescadores artesanais
conservamos muito
o meio que nos cerca

Então, o movimento é de manter vigilância e saber que nossas conquistas são grandes conquistas, mas são frágeis, sobretudo em tempos de extrema direita. Para encerrar, parafraseando o Marx: “Mulheres do Mundo Uni -vos”.

Entrevista com a Professora Amanda Motta Castro da Universidade Federal de Rio Grande – Realizada no dia 19 de maio de 2020.

Olá, boa tarde. Meu nome é Amanda Motta Castro, hoje é 19 de maio de 2020 e eu estou gravando esta entrevista a pedido da professora Bianca que trabalha no projeto da Maréss³. São poucas perguntas, mas perguntas de uma complexidade grande, isso porque a vida das mulheres, sobretudo na América Latina, ela não é uma vida fácil e nem tão pouco uma vida simples. Então, falar sobre mulheres deste lugar geográfico e desse lugar epistêmico é um movimento que me demanda bastante energia, porque são muitas histórias, muitas experiências, experiências que se cruzam entre si, se cruzam na dor, se cruzam no desespero, se cruzam nas múltiplas realidades, na caminhada, e, sobretudo na esperança de uma vida melhor, como nos deixou escrito Ivone Gebara, no livro “A Mobilidade da Senzala Feminina”, de como as mulheres vão caminhar com esperança, para um lugar melhor. E muitas vezes não sabendo se efetivamente esse lugar melhor existe, mas mesmo assim utopicamente caminhando para ele.

1) A primeira pergunta é como eu me defino enquanto pessoa e que eu contasse um pouco da minha história de vida.

Veja isso vai demorar. Então, eu vou encurtar. De fato a minha história de vida é muito ampla, eu olho para traz e digo, às vezes, que eu tenho a sensação de ter mais anos na certidão de nascimento ou na carteira de identidade do que eu realmente tenho, é porque eu já fiz muita coisa nessa vida, mas enfim, meu nome é Amanda eu sou professora e eu componho a classe trabalhadora de um país desigual, situado geograficamente e epistemologicamente na América Latina, o meu lugar é esse. Uma pessoa que vive do seu trabalho e uma militante fervorosa na defesa intransigente dos direitos humanos, sobretudo o direito das mulheres e das minorias, então, essa seria eu, assim uma definição bem sucinta: uma trabalhadora, uma militante e é isso, eu acho que a minha história de vida. Eu sou

³ - refere-se ao projeto Formação continuada para Gestores Ambientais no contexto do Licenciamento Ambiental Municipal – LAM, realizado pela FURG, por meio do Laboratório Interdisciplinar MARéSS (Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidaridade), em parceria com a Secretaria de Município do Meio Ambiente (SMMA), com recursos oriundos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, Rio Grande/RS.

mineira, nasci em Belo Horizonte, tive muitas andanças pelo mundo, fiz um concurso na Universidade Federal do Rio Grande e fiquei. Então, por aqui estou por ora, não sei quanto tempo, porque a vida é sempre muito dinâmica, mas, enfim, acho que é minha definição e, também, acrescentaria uma sonhadora, eu realmente acho que, quem é militante, sobretudo num país da América Latina, esta pessoa ela é uma pessoa da utopia, ela é utopia, porque a gente caminha na esperança de que dias melhores virão, a gente não sabe muito bem, onde está isso, e como a gente vai alcançar, mas a gente caminha para isso. Sou uma pessoa do campo da utopia, essa utopia que compõem, sobretudo o pessoal da militância. Vim de uma família pobre, isso marca profundamente o meu lugar no mundo, entretanto, eu tenho uma questão bem interessante: mesmo vindo de uma família pobre eu tive acesso aos livros. Os livros tinham um lugar bem especial na minha casa, então esse é um legado muito importante. Mesmo vindo de uma família pobre, com muitas dificuldades, sempre estudei em escola pública, e toda essa coisa, mas eu digo para meu filho, eu tive televisão aos doze anos de idade, o fato é que a televisão não fazia muito sucesso na minha casa. Os livros tinham um lugar muito especial e o pensamento crítico, sobretudo, isso foi bem interessante. Venho de uma família também, direitosa, uma família bem reacionária em muitos aspectos, mas a vida é assim, aí vamos caminhando.

ela é utopia,
porque a gente caminha
na esperança de que
dias melhores virão

2) Na história das lutas feministas aqui no Brasil, quais os avanços e desafios que identificas como estratégicos para a autonomia da mulher brasileira?

É muito importante dizer que nós não temos uma data que determina quando começa o feminismo. Nós podemos dizer quando o feminismo começa a ser sistematizado, quando ele começa a ser escrito, temos pesquisas que afirmam que nós temos mulheres feministas ao longo dos tempos, mas infelizmente a sociedade patriarcal não as deu a oportunidade de estudar e, portanto, sistematizar seus pensamentos, suas lutas e avanços que elas viam. Vou falar a partir do que temos sistematizado, com muitas falhas que conhecemos. Nós temos muitas conquistas históricas das mulheres no Brasil, mas vou começar por algo que me toca profundamente que é a primeira lei da educação para mulheres, essa lei permite que as mulheres freqüentem escolas elementares, as instituições mais adiantadas ainda eram proibidas. Foi em 1827, graças a Nísia Floresta e muitas outras invisíveis como são muitas mulheres, que vão travar essa

luta muito ferrenha no Brasil para que a gente pudesse ir à escola, ter acesso à educação formal. Em 1879, as mulheres têm autorização do governo para estudar no ensino superior, evidentemente nós estamos falando aqui de uma classe seleta de mulheres, as mulheres que tiveram acesso à educação através dessas duas leis, eram mulheres brancas, com dinheiro e com um pai minimamente progressista, ou seja, um pai que dizia minha filha pode ir para a escola, porque não existia a obrigatoriedade de crianças terem que ir para escola, como nós temos agora e, sobretudo, depois dos governos progressistas que nós tivemos no Brasil. Outro marco importante de se citar é que em 1915, a Caixa Econômica Federal, passa a permitir que a mulher casada possuísse uma conta corrente, onde poderia fazer depósitos bancários caso não houvesse a oposição do marido, veja que coisa impressionante. Em 1932 a conquista do voto, foi uma luta muito importante conquistada no Brasil bem à frente de muitos outros países. Em 1962, nós tínhamos o Estatuto da Mulher Casada, que garantia entre outras coisas que a mulher não precisava mais da autorização do marido se quisesse trabalhar, para receber herança e em caso de separação, ela poderia recorrer à guarda dos filhos e filhas, esse estatuto é importante porque até essa data, a guarda dos filhos e filhas pertencia ao homem. Os filhos e filhas não pertenciam à mulher e era muito difícil ela conseguir ficar com os filhos e filhas em caso de desquite, porque a lei do divórcio só foi assinada em 1972. Em 1979, a equipe de judô feminino se inscreve com nomes de homens para participar do campeonato sul americano na Argentina, esse fato vai motivar a revogação do decreto 3199, onde diz que as mulheres não poderiam participar de alguns esportes como: lutas de qualquer natureza, futebol de salão, futebol de praia, pólo, pólo aquático, beisebol e judô, obviamente, porque é considerado um tipo de luta, é importante como nós, mulheres, vamos encontrando brechas. Em 1980 temos um movimento que vai ser muito reconhecido historicamente que é o lema “quem ama, não mata”. Nesse mesmo ano foram criados centros de autodefesa, vamos começar antes da redemocratização a discutir isso: “quem ama, não mata” e já deixo dito que para quem tem filhas mulheres e filhos homens devemos ensinar que quem ama, não mata, quem ama não machuca. Foi um movimento muito importante que deixa claro que não é normal homem matar mulher por aí. Bom, quem está me ouvindo poderá dizer: Amanda, não é normal ninguém matar ninguém. Mas, estamos falando especificamente aqui sobre o movimento de mulheres, e quem entende um pouco sobre a questão dos

devemos ensinar
que quem ama,
não mata,
quem ama não machuca

direitos das mulheres, sobretudo no Brasil e, novamente reforço, na América Latina vai saber que os nossos índices de violência são altíssimos e alarmantes, então, falar sobre violência e ter essas campanhas são importantes para que se possa debater sobre esse tema. Em 1983, começa a surgir os primeiros Conselhos Estaduais da Mulher, tínhamos já a Lei da Anistia, sentia-se uma abertura política, algumas discussões sobre as diretas (voto direto para escolha do executivo e legislativo), então, vai se constituindo um movimento com mais força para a criação desses Conselhos, o Ministério da Saúde cria um programa de atenção integral para a mulher, obviamente o governo cria isso em resposta a uma grande mobilização dos movimentos feministas na década de 1980. Em 1985 vai surgir a primeira delegacia de atendimento especializado à mulher, esse é um marco muito importante, essa delegacia se localizava na cidade de São Paulo, e depois, muitas outras são implantadas em outros estados da Federação, é importante pontuar isso porque a polícia passa a compreender, através da pressão dos movimentos das mulheres, de que não dá para quando uma mulher é estuprada, ela ir numa delegacia e perguntarem para ela com que roupa tu estás, porque isso não importa. O acolhimento à mulher que sofre, o acolhimento à mulher que está indo buscar ajuda, ela efetivamente não precisa ser espezi-nhada mais uma vez pelo poder público, muito antes pelo contrário, essa mulher precisa ser protegida e isso não ocorria, como segue não ocorrendo em muitas vezes. Mas, isso é importante para a discussão da luta contra a violência. Em 1996 tem o movimento de cotas na política para candidatas mulheres, isso é importante porque a representatividade é algo que, também, é muito caro para os movimentos sociais em especial, é muito caro a representatividade da mulher, é muito caro a responsabilidade da representatividade das populações negras, indígenas, LGBTs. Em 1998, exatos cem anos depois da tal da Lei Áurea ter sido assinada pela, então, Princesa Isabel, que não tinha para onde fugir, ela era realmente obrigada a assinar a Lei Áurea, então, em 1998, temos a primeira reitora negra de uma Universidade pública no Brasil, é muito importante pontuar isso porque aqui marca um rompimento com uma sociedade que é patriarcal, que é racista e que é classista. E se me perguntarem qual desses três é mais importante? De fato eu não saberia, porque são três estruturas muito bem alimentadas, muito bem estruturadas e muito difíceis de ser desmanteladas, desconstruídas, então, a Ivete do Sacramento, como reitora da Universidade do Estado da Bahia ficou

não dá para quando
uma mulher é estuprada,
ela ir numa delegacia e
perguntarem para ela
“com que roupa tu estás?”
porque isso não importa

exercendo seu mandato até 2006, depois, a Nilma foi reitora da Universidade Federal da Bahia. Em 1988 a gente tem o lobby do batom liderado por feministas e 26 deputadas federais, quando temos um avanço muito significativo da representatividade das mulheres na política partidária, por que eu digo política partidária? Porque política a gente já faz há muito tempo. Esse momento foi exclusivamente da política partidária onde os homens possuem o monopólio há muito tempo. Eu citaria para terminar, não terminando, em 2006, nós temos a assinatura da Lei Maria da Penha, essa lei ela é assinada com a pressão muito forte dos movimentos de mulheres fora do Brasil, a pressão dos organismos internacionais que vão dizer: “olha só, está muito ruim, vocês vão ter que resolver essa questão”. Essa Lei endurece a pena para os crimes cometidos contra as mulheres, mas veja bem, ela é uma lei muito importante, mas temos que dizer que as mulheres seguem morrendo, tipo, assim, como “baratas”. Toda semana eu tenho notícia de feminicídio no território nacional, a violência contra a mulher ela ainda é uma luta muito dura, que nós vamos ter que fazer esse enfrentamento. É um enfrentamento bem difícil, onde a Lei Maria da Penha contribui muita para isso, para que possamos olhar os dados e mapear quem são essas mulheres.

Toda semana eu tenho notícia de feminicídio no território nacional, a violência contra a mulher ela ainda é uma luta muito dura, que nós vamos ter que fazer esse enfrentamento.

Depois, vamos ter outra lei muito importante, que é a Lei do Feminicídio que vai dizer: quem morreu? Foi um homem ou foi uma mulher? Ela foi morta por quê? Por que ela é uma mulher? Isso tudo é muito importante porque vamos poder ver quem são essas mulheres, como estão morrendo e na mão de quem estão morrendo.

3) Para você, o que é ser feminista hoje? Você identifica que nós, mulheres de todas as etnias e classes sociais, estamos caminhando em direção a nossa emancipação humana? Qual a relação dessa situação com o atual sistema econômico, social e cultural em que estamos inseridas?

A terceira pergunta eu vou responder por partes. O que é ser feminista hoje? Penso que ser feminista hoje é a mesma coisa ou muito próxima do que era ser feminista há 40 anos. Tanto que nós estamos lendo a Angela Davis que está beirando os 70 e mais uma porção de mulheres que escreveram há 40 anos. Quando a gente lê O Poder do Macho da Saffioti de 1987, a gente olha e se pergunta: será mesmo que ela está falando de 1987 ou será que ela está falando de agora? As opressões que as mulheres sofrem elas seguem muito fortes. Femi-

nista é ser uma mulher que vai fazer uma luta pela igualdade dos sexos, pela igualdade dos homens e mulheres. A igualdade é o amplo campo de políticas públicas, de oportunidades na política partidária, de trabalho, de renda, não ser menor porque eu sou mulher. Primeiro um movimento de muita responsabilidade da busca pela igualdade entre homens e mulheres e, por fim, ser vigilante, ser feminista é ser vigilante. A Simone de Beauvoir, lá longe, No Segundo Sexo, vai escrever sobre isso, que as mulheres vão ter que ser vigilantes a vida toda, porque segundo a Simone de Beauvoir diz que as nossas conquistas não são permanentes, por isso, o feminismo vai ter que estar sempre lutando nesse movimento contínuo de verificação se nossos direitos conquistados estão sendo ameaçados. Então, a Simone de Beauvoir, vai escrever na França em 1949, sobre a sua obra principal que é o Segundo Sexo, vai dizer isso que eu estou colocando com as minhas palavras, que os nossos direitos não são garantidos. Os direitos garantidos são os direitos do homem, do macho, do homem branco, do homem livre, do homem que tem propriedades, também, não estamos falando de qualquer homem, isso é importante. Então, os nossos direitos são extremamente frágeis, por isso que nos preocupa tanto, num governo de extrema direita, que flerta com o fascismo e com o nazismo com muita tranquilidade, inclusive fala sobre isso com muita tranquilidade. Por que nos preocupa? Sobretudo o movimento feminista, o movimento negro e o movimento LGBT, porque nós sabemos que nossos direitos e nossas conquistas não são permanentes, nós vamos ter que lutar por eles sempre, então a Simone já escreve isso em 1949, e nós sabemos que efetivamente é assim. Logo, para responder a segunda parte da pergunta, eu digo que depende de quais mulheres estamos falando. Temos agora um super movimento direitista dizendo que as mulheres devem ficar em casa, cuidem de seus maridos. Veja, eu particularmente, Amanda eu sou mãe, eu quis ser mãe, eu gosto de ser mãe e eu gosto do cuidado, de cuidar. O problema é colocar o cuidado na mão da mulher porque ela é mulher, esse é o ponto do cuidado. Eu tenho uma orientanda que está fazendo um trabalho bem interessante sobre o ativismo da mulher nas redes sociais, especialmente sobre o movimento #EleNão. Então, ela estava me mostrando alguns grupos no facebook, que possui muitas seguidoras que diz "Eu sou da família", "Eu sou Cristã", "Eu sou do Cuidado", como se nós não fossemos da família, cristãs, do cuidado quando queremos. Então, temos um retrocesso muito grande e essa tentativa insistente de querer colocar a mulher num lugar somente porque somos mulheres, e esse lugar é o da casa, de limpar, fazer toda essa coisa que todo mundo que é mulher e que minimamente olha com devida atenção para essas questões ela vai compreender do que a gente

está falando, por isso, eu vou te dizer que não, nem todas as mulheres estão caminhando para a emancipação, infelizmente não, e principalmente nesse momento de retrocesso muito grande através dessa influência que veio junto nesse atual governo. Então, a gente tem o lugar ferreiramente marcado e tem muitas mulheres que acha tudo isso maravilhoso, que coisa boa, me sinto super bem com esse cenário. Quiçá todas as mulheres caminhassem na mesma direção. Sobre a relação da emancipação e o sistema em que estamos inseridas, essa parte da pergunta é bastante complexa e para responder teríamos que fazer um resgate histórico para identificar onde estamos e por que estamos. O que posso adiantar é que a situação é péssima, estamos a passos largos, larguíssimos para retrocessos de grandes impactos, mulheres, mulheres negras, negros, pessoas pobres, temos um governo que declaradamente não gosta de nós, então é isso, é muito importante essa marcação que nem todas nós somos feministas, nem todas que se dizem feministas também são, embora, isso é muito importante dizer, nem todas são feministas, mas todas se beneficiam das conquistas do movimento de mulheres, compreendem? Então, tem gente que me diz assim, pois é, não sei pra que o feminismo, eu respondo: veja bem, quando tu pega tua bolsa para trabalhar todo dia de manhã, sai de casa sozinha, passa teu cartão de crédito que tem o teu nome isso é traço do movimento feminista, então tu não precisa ser feminista, tu já te beneficia das conquistas do movimento feminista, não se preocupe. No momento em que a mulher diz não quero ser mãe, não quero ter filhos, como assim? Há trinta anos tu não poderias dizer uma coisa dessas, porque o teu lugar era esse. É importante demarcar isso: não, nem todas nós somos feministas, mas todas nós nos beneficiamos das inúmeras conquistas de igualdade entre os sexos, entre homens e mulheres. Que foi e é uma luta muito acirrada contra uma estrutura muito bem organizada, construída e consolidada.

temos um retrocesso
muito grande
e essa tentativa insistente
de querer colocar a mulher
num lugar somente porque
somos mulheres

4) A participação da mulher nos espaços de poder, de controle social contribui ou pode vir a contribuir para a emancipação da mulher?

Novamente vamos cair na pergunta de qual mulher. Agora temos um homem negro à frente da Fundação Zumbi dos Palmares que entende que a escravidão não foi tudo isso, daí a gente se pergunta: ele falou mesmo isso? A representatividade é algo cara aos movimentos sociais, mas precisamos de uma representatividade comprometida com os movimentos sociais, porque se não é isso, a pessoa está lá e entende

que é só a gente não falar sobre o racismo que daí ele não existe. Ora, ora como é que é isso? Temos uma ministra dos direitos humanos, das mulheres e de todo mundo que foi colocado naquele pacote, que vai fazer declarações muito ruins e muito fora do que o movimento de mulheres defende, luta e acredita. A representatividade deve sumir com o movimento, ou seja, que contribua e não uma pessoa que ajude a estrutura a se manter. Outra questão importante de se analisar é por que os homens do poder que estão em Brasília se sentem tão à vontade perto dessa ministra e deste secretário? Porque pelo o que nós estamos vendo, eles compartilham das mesmas ideias racistas e patriarcais. Então, é o seguinte, colocamos uma mulher, coloca um negro porque o movimento fica sempre incomodando que a representatividade é importante, então a gente nomeia essas pessoas, porém, elas são uma representatividade desse governo. Concluindo, nem todas as mulheres, nem todos os negros, nem todos os LGBTs vão estar contribuindo com seus pares, muito antes pelo contrário, estão fazendo uma política desastrosa. Então, reforço que a mulher vai contribuir? Depende da mulher, do nível de conscientização e de conhecimento de que o lugar da mulher é onde ela quiser e na hora que ela quiser.

5) Deixe uma frase para as mulheres do Brasil:

Muitas pessoas me acompanham nessa caminhada feminista que eu faço há 25 anos, eu falei aqui sobre a Simone de Beauvoir: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados, esses direitos não são permanentes, você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”(1949, Segundo Sexo). É isso, é saber que nada está garantido, está garantido por um momento, está garantido porque teve uma luta e uma luta muito dura de ser feita, mas isso não quer dizer que nossos direitos estão assegurados, muito antes pelo contrário, temos hoje um presidente que fala que tudo isso é uma grande bobagem dessas mulheres, ou seja, nós. Então, o movimento é de manter vigilância e saber que nossas conquistas são grandes conquistas, mas são frágeis, sobretudo em tempos de extrema direita. Para encerrar, parafraseando o Marx: “Mulheres do Mundo Uni -vos”.

Mulheres do
Mundo
Uni-vos!

Considerações Finais

Nesta cartilha falamos um pouco do cenário da participação das mulheres nos espaços políticos. Vimos que, infelizmente, ainda há um grave cenário de desigualdade de gênero no acesso às discussões e nos processos de tomada de decisão, inclusive das políticas relacionadas ao meio ambiente.

Diante de tudo que vimos até aqui, vamos a algumas reflexões. Foi possível perceber que para falarmos de Meio Ambiente e de melhoria da Política Ambiental, precisamos falar de participação popular? Então vale frisar que se falamos de participação, precisamos falar sobre quem participa, logo, precisamos falar de gênero, etnia e desigualdade de oportunidades e acesso.

Não são poucos os trabalhos que apontam que a crise ambiental não é causada e sentida da mesma forma por todas as pessoas. Se a pessoa é pobre, preta sente de forma agravada, algo que alguns autores (as) chamam de racismo ambiental e injustiça ambiental (ACSELRAD, 2009). Da mesma forma, as mulheres, especialmente as de classe popular, vão sentir a crise ambiental de forma agravada, pois além dos problemas ambientais, enfrentam diariamente a dupla jornada de trabalho (cuidado com a casa, com filhos(as) e trabalho formal).

Uma pesquisa realizada com catadoras de material reciclável de São Paulo, demonstrou que aquelas mulheres eram mais expostas aos riscos ambientais justamente devido sua dupla jornada de trabalho, situação de injustiça ambiental (VALLIN et. al, 2016). Pensemos em exemplos práticos: se são as mulheres as principais responsáveis pela casa e filhos (as), quem lida com os desafios da falta de água e alimentos de qualidade mais diretamente?

Além disso, por mais que as mulheres tenham cada vez mais ocupando os seus espaços de direito, muitas vezes têm suas vozes silenciadas. Mas cabe destacar aqui o relato de Gessy e Vivi, duas

mulheres do movimento popular riograndino que nos encham de esperança em um mundo melhor! **Nos encorajam a ocupar o que é nosso por direito! Debater Meio Ambiente é sim assunto de mulher!**

Mas como começar? Comece vendo o ambiente que você vive... sua casa, sua rua, bairro, zona, município! Segundo o artigo 225 da Constituição Federal “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, portanto façamos valer nossa carta magna!

Crie vínculos com outras mulheres e principalmente, problematize o porque das coisas. Busque uma leitura histórica da realidade, desconstruindo a ideia de que as “coisas são porque são”!

E, por fim, participe de coletivos e movimentos sociais! Discuta política, pois ela é parte de nós!

Sigamos!

**“Não há democracia
sem a participação da
mulher negra”**

Angela Davis, 2019

Referências

ACSELRAD, ET. AL. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro, Garmond, 2009.

ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1981.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - RS. 2020. **Lista de Deputados**. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/deputados/ListadeDeputados.aspx>>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

AYRES, Wilian D'Agostini; TONELLA, Celene. Conferências Nacionais do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Participação e efetividade. Porto Alegre: **Revista Debates**, v. 12, n. 2, p. 97-120, 2018. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/83897>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

BERTONLIN, Patrícia Tuma Martins; KAMADA, Fabiana Larissa. AUSENTES OU INVISÍVEIS? A participação das mulheres nos sindicatos. Uberlândia: **Caderno Espaço Feminino**, v. 25, n. 1, 2012. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/13656>>. Acesso em: 30 de maio de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <[BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < \[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm\)>. Acesso em: 12 de maio de 2020.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.504%2C%20DE%2030%20DE%20SETEMBRO%20DE%201997.&text=Estabelece%20normas%20para%20as%20elei%C3%A7%C3%B5es.&text=Art.&text=%C2%A7%201%C2%BA%20Se%20nenhum%20candidato,a%20maioria%20dos%20votos%20v%C3%A1lidos.>>. Acesso em: 11 de maio de 2020.</p></div><div data-bbox=)

BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC NEWS BRASIL). 2019. **Dia Internacional da Mulher: 6 gráficos que mostram como as mulheres avançaram (ou não) na América Latina.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47490977>>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. 2020. **Ex-Presidentes.** Disponível em: <<https://www.camarariogrande.rs.gov.br/institucional/ex-presidentes/>>. Acesso em 02 de maio de 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. 2020. **Quem são os deputados.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_resultado_pesquisa?nome=&Partido=QQ&UF=QQ&SX=F&Legislatura=56&condic=QQ&ordem=nome&foto=foto&forma=lista&Pesquisa=Buscar>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. 2018. **Estudo analisa nova composição da Câmara por gênero e raça.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/442702-estudo-analisa-nova-composicao-da-camara-por-genero-e-raca/>>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

COSTACURTA, Mayara Spinace. **Participação Política das mulheres: do âmbito partidário ao comportamento legislativo.** 2016. Universidade Federal de São Carlos: Dissertação em Ciência Política. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7879>>. Acesso em: 24 de maio de 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante.** Youtube, 20 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7Lff8ScaF1Y>>. Acesso em 22 de maio de 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Resultado da Pesquisa com os Delegados Participantes da II Conferência Nacional do Meio Ambiente.** Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/sececx_cnma/_arquivos/resultpesq.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente - Relatório Final.** Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.servicos.ms.gov.br/imasuldownloads/relatoriofinal4cnma2013.pdf>>. Acesso em 13 de maio de 2020.

GAÚCHA ZH MUNDO. 2019. **Argentina amplia para 50% cota de participação feminina no Congresso.** Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2019/03/argentina-amplia-para-50-cota-de-participacao-feminina-no-congresso-cjt0qasso01ji01o31das2as8.html>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

GAZETA DO POVO. **Candidato a Vereador de RIO GRANDE - RS.** 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/apuracao/resultados-eleicoes-2016-primeiro-turno/rio-grande-rs/vereador/>>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

GONÇALVES, Patrícia. **17 mulheres negras brasileiras que lutaram contra escravidão.** Portal Geledés, 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/17-mulheres-negras-brasileiras-que-lutaram-contras-escravidaao>>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. **Sufrágio Universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil.** Revista de Sociologia e Política. v. 27, n. 70, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782019000200212 Acesso em maio/2020

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. **A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas.** Florianópolis: Revista Katál, v. 13 n. 1 p. 86-94, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/10.pdf>>. Acesso em: 10 de maio 2020.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla; GIMENES, Éder Rodrigo. **Gênero e Representação Política nos Conselhos Gestores no Brasil**. Rio de Janeiro: DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol. 59, no 3, p. 789-822, 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/dados/v59n3/0011-5258-dados-59-3-0789.pdf> >. Acesso em: 18 de maio de 2020.

MIRANDA, Karoline Nascimento. **Mulher negra, trabalho e resistência: escravizadas, libertas e profissões no século XIX**. Epígrafe, São Paulo, v.7, n.7, p.83-96, 2019. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/141487> >. Acesso em: 11 de maio de 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2020. **Conferência Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente> >. Acesso em: 11 de maio de 2020.

ODS, OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2020. **17 Objetivo; para transformar nosso mundo**. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/pos2015/> >. Acesso em 24 de maio de 2020.

OLIVEIRA, Mônica. **Mulheres Negras e Participação**. 2019. Disponível em: <<https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/opiniao/pos-tudo/mulheres-negras-e-participacao>>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

PEQUIM. **Declaração e plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

REZENDE, Daniela Leandro. **A mulher no poder e na tomada de decisões**. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_g_mulher_no_poder_e_na_tomada_de_decisooes.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2020.

ROCHA, Enid. **A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios**. 2008. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/a%20constituio%20cidad%20e%20a%20institucionalizao%20dos%20espaos%20de%20participao%20social.pdf >. Acesso em: 15 de maio de 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, Coleção Polêmica, 1987.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice. O social e o político na transição pós-moderna**. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa; PEREZ, Olivia; SZWAKO, José. **“Gêneros da Participação”: Refletindo sobre limites e possibilidades da participação social na promoção da equidade de gênero e da diversidade sexual em âmbito Estatal**. Recife: Estudos de Sociologia. Vol. 2 n. 23, 2017. Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/237054> >. Acesso em: 28 de maio de 2020.

SECRETARIA PARA POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **A participação das mulheres negras nos espaços de poder**. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/a-participacao-das-mulheres-negras-nos-espacos-de-poder/view>>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

SOUSA SÁ, Sérvula Isadora de; SANTOS Maria Laura Lopes Nunes. **A Sub-Representatividade Feminina na Política e a Lei de Cotas**. Âmbito Jurídico, Revista Nº 191, 2019. Disponível em: < <https://ambito-juridico.com.br/cadernos/direito-eleitoral/a-sub-representatividade-feminina-na-politica-e-a-lei-de-cotas/>>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

SOUZA, Amanda Paulista de. **As Mulheres nos Movimentos Sociais de Moradia - a cidade sob uma perspectiva de gênero**. São Paulo: Revista Humanidades em Diálogo, V5, P 93-108, 2013. Disponível em: < https://humanidadesemdiálogo.files.wordpress.com/2013/11/revhum_out13_05e06_baixa1.pdf >. Acesso em: 29 de maio de 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Série Inclusão: a conquista do voto feminino no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>>. Acesso em 19 de maio de 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014**. 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>>. Acesso em 20 de junho de 2020.

VALLIN, Isabella de Carvalho; DIAS, Sylmara Lopes Francelino Gonçalves. **Gênero e meio ambiente: a dupla jornada de injustiça ambiental em uma cooperativa de mulheres catadoras de materiais recicláveis**. 2016. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/106/106132/tde-14122016-153221/pt-br.php> >. Acesso em 20 de junho de 2020.

WESTIN, Ricardo. **Por 100 anos, analfabeto foi proibido de votar no Brasil**. Agência Senado, 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/04/por-100-anos-analfabeto-foi-proibido-de-votar-no-brasil>>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

Realização:



Formação Continuada de Gestores Ambientais
no contexto do

LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL



Prefeitura Municipal
do RIO GRANDE
Aqui tem Governo Popular
SMMA

PROJETO REALIZADO COM RECURSOS ORIUNDOS DO COMDEMA/FMMA

Visite nosso site: <http://projetolicenciamentoambiental.furg.br/>